

A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL E O SISTEMA DE COTAS: O OLHAR DOS JOVENS NEGROS

Jorge Aparecido da Costa¹

RESUMO: O presente artigo é fruto do artigo apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, como exigência para concluir a graduação em História. O objetivo da pesquisa foi analisar a questão negra ao longo da história e no contexto atual, salientando a percepção dos jovens negros do ensino médio sobre o sistema de cotas para o acesso ao ensino superior. Foi aplicado um questionário para um grupo de alunos negros do ensino médio de uma escola pública da periferia de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Constatou-se que a visão dos alunos negros, não é homogênea: alguns são contra as cotas e pautam-se no mito da democracia racial. Outros são favoráveis pois entendem que há discriminação, anota-se também um processo de indecisão.

Palavras-chave: questão racial, jovem negro, política de cotas.

¹ Graduado em História. Jorgeap.costa@hotmail.com

Durante três longos séculos (XVI, XVII, XVIII) o Brasil se ocupou de mão-de-obra escrava para a constituição de suas riquezas. Foram seqüestrados e trazidos para cá aproximadamente de quatro a seis milhões de negros(a).

Oriundos de várias partes do Continente Africano, o negro era capturado, feito refém e em seguida colocado nos navios negreiros ou tumbeiros como também ficaram conhecidas tais embarcações.

Os primeiros portugueses que aqui chegaram vieram atraídos por fama, riqueza e poder, fizeram os primeiros contatos com os índios e logo já ficaram fascinados por tantas riquezas encontradas em nosso território.

Iniciava então o maior e mais violento, cruel e sangrento processo de tomada de ocupação territorial que se tem registro em nossa historiografia. Os habitantes nativos, no caso indígenas representavam uma população estimada entre dois a cinco milhões de pessoas.

Objetivando conquistar as terras dos nativos, considerados pagãos muitos padres faziam parte das expedições portuguesas impondo-lhes sua cultura, seus valores e sua fé.

A idéia em relação aos nativos era conquistá-los, domesticá-los e enfim, catequizá-los.

Os primeiros portugueses, ao chegarem a São Vicente e perceberem o estado de fragmentação política existente na região, utilizaram o mecanismo de intervenção nas guerras entre indígenas para que a conquista, a dominação e a exploração acontecessem com menor custo possível para os europeus. (RAMPINELLI, 1999 p. 11)

Os indígenas, ao contrário do que afirma a história oficial, foram fundamentais no trabalho escravo para o fortalecimento e construção de riqueza para a coroa portuguesa.

Apesar da vasta mão-de-obra existente em solo brasileiro e por apelos de alguns missionários, rapidamente a mão-de-obra indígena foi substituída pelo trabalho escravo dos negros.

Os colonizadores portugueses, representantes máximo da Coroa, tinham o aval de sua majestade e o apoio irrestrito do clero católico da Igreja Romana oficial.

A partir de 1568, o Brasil começa de maneira sistemática a importar o escravo negro(a) para ser usado no trabalho em suas terras. Foram 320 anos de completa exploração da mão-de-obra escrava, trazidos de várias partes do continente africano e distribuídos entre tribos distintas e rivais na maioria dos casos. Os(as) negros(as) que,

pra cá foram conduzidos, traziam consigo tristeza, medo, angústia, sofrimento e solidão, mas também uma força muito grande de resistência. Sem falar daqueles que tiveram suas viagens interrompidas ao longo da travessia do Atlântico.

A ocupação do território brasileiro pelos portugueses se efetivou após uma forte pressão feita pela França e Inglaterra, que reconheciam os direitos legais dos portugueses junto às terras, mediante sua presença permanente em solo brasileiro.

A mão-de-obra do negro foi utilizada em todos os ciclos econômicos que se sucederam em várias regiões do Brasil, pau-brasil, metais preciosos, cana-de-açúcar, lavoura de café, pecuária e outros.

Este açambarcamento praticado pelos portugueses vai durar até a independência, proclamada por Dom Pedro I.

O pós-independência não altera nada a situação do negro no Brasil, apesar de haver uma forte corrente abolicionista em franco crescimento no seio de nossa sociedade com vieses liberalista importado da Europa.

Concomitante a este fato o negro sempre lutou por sua liberdade. Esta trajetória é mostrada em vários momentos de nossa história. O negro se rebela e procura demarcar seu espaço para desprender-se de seus opressores.

Foram vários os ataques e revoltas comandadas por negros insatisfeitos com suas condições. Segundo Verger (2002, p.360), em 28 de fevereiro de 1814, treze brancos foram mortos e oito gravemente feridos. Os negros resistiram e se lançaram com uma tal fúria sobre as tropas de Cavalaria e de Infantaria enviadas contra eles, que só cediam quando caíam mortos.

O negro passou por todo tipo de sofrimento e maus tratos, variadas formas de discriminação, mas nunca deixou de lutar pela sua liberdade. Foram várias rebeliões e revoltas em um campo de batalha no qual o inimigo representava o poder completo e ainda tinha a seu favor o poder econômico, social, cultural e religioso.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão em seu território. Antes, porém, editou algumas leis e tomou algumas medidas para que diminuíssem o tráfico de negros.

Em 1807 o tráfico de negros(a) torna-se ilegal pelos ingleses e em 1º de março de 1808, passa a ser crime contra a humanidade, uma medida dura para os traficantes portugueses.

Depois de criar várias leis e decretos que repreendiam, coíbiavam e afastavam o fantasma da escravidão do nosso meio, o Brasil então põe fim no dia 13 de maio de

1888 ao regime escravista vigente, a chamada Lei Áurea, como ficou conhecida pois, foi assinada pela princesa Isabel que, aliás, nada mais fez do que atender aos apelos comerciais da época, especialmente aos ingleses que viam no Brasil um importante consumidor de seus produtos. Portanto, para haver consumo, deveria haver salários e havendo escravidão não há salários e não há consumo de produto e manufaturas.

Mesmo assim, o negro não teve nenhuma garantia legal do ponto de vista jurídico que lhe desse qualquer tipo de indenização ou direito a propriedade após a escravidão.

Conforme Silva (1994, p. 113) a Lei Áurea trouxe consigo apenas dois artigos:

“Art. 1º É declarada extinta, deste a data desta Lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Como vemos não houve nenhum sinal de garantia ou qualquer possibilidade de reparação ao negro que agora liberto não viu perspectivas reais de mudança, pois foram colocados fora do sistema produtivo, econômico desse país, depois de terem contribuído por um longo período de trabalho forçado.

Além de tentar escamotear este período obscuro da história brasileira, o governo se encarregou de importar mão de obra de imigrantes europeus para substituir o trabalho do negro que passa a ser hostilizado e começa a viver a margem da sociedade.

Jogado a própria sorte e sem nenhum plano traçado, o negro começa a enfrentar vários desafios agora na condição de homem livre, terá pela frente a resistência da sociedade que não vê nele um elemento capaz de representar a força empreendedora perfeita que colocará o Brasil entre os principais pólos produtivos mundiais.

Apesar da condenação explícita do escravismo, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais e o significado mais imediato de “trabalho livre” é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente. Eram, pois, considerados incapazes de agir por iniciativa própria, pressupunha-se portanto, que fracassariam como pequenos proprietários. (SEYFERTH, 1996 p. 46)

Como vemos, o negro começa a ser descartado do meio de produção, seu trabalho, agora já não tem grande importância, pois sua mão de obra representa custo e os ideais agora são outros: importar imigrantes europeus para trabalhar em nossas terras, estimular as relações inter – raciais, para que haja um embranquecimento da espécie e assim varrer de vez o passado assombroso da escravidão em nosso país.

Os pesquisadores da época, construíram uma hierarquia baseada na superioridade da “raça branca”, na inferioridade das “raças de cor” e nos “preguiçosos”. Da mestiçagem embaralhada termo pelo qual alguns intérpretes da formação racial brasileira se referiram a massa de trabalhadores nacionais. (SEYFERTH, 1996, p. 48)

Fato também constatado por Munanga (1999)

No seu ensaio sobre as desigualdades das raças humanas, publicado em quatro volumes entre 1835 e 1855, o conde Joseph Artur de Gabineau coloca a principal questão: Como as civilizações nascem e por quê elas desaparecem, independentemente da vontade de deus, pensa Gabineau que os povos desaparecem porque são “degenerados”. A palavra degenerado, aplicada a um povo, significa que esse povo não tem mais o mesmo valor intrínseca que possuía outrora, porque não tem mais em suas veias o mesmo sangue, cuja qualidade foi afetada por sucessivas alterações provocadas pelas mestiçagens. Ele morre definitivamente junto com sua civilização no dia em que o elemento étnico primordial encontrar-se subdividido e afogado nas relações com as raças estrangeiras, pois a virtualidade deste elemento não exercerá mais de hora em diante uma ação eficiente. “ (MUNANGA, 1999, p. 42)

O negro passou por todo tipo de violência, desprezo, perseguição, maus tratos, violação de todos os seus direitos, repreensão, mas mesmo assim, tomado pelo espírito de liberdade, encorajado por idéias de justiça e integração, animados por todos aqueles que desejavam vê-lo integrado, social, econômico e culturalmente no seio da sociedade, organizou-se e até hoje luta contra os processos de discriminação.

Ele vai, então lutar com todas as suas forças para ter seu espaço garantido na sociedade. Terá pela frente o grande desafio de se fortalecer, através do seu trabalho e ao mesmo tempo, lutar permanentemente contra um inimigo invisível aos olhos dos outros, mas perceptível para si que é o preconceito e a discriminação, ora velado, ora escancarado, outras vezes negado e, em vários casos assumidamente praticado por aqueles que não viam no negro qualquer semelhança e nenhuma chance de integrá-lo no meio social.

As condições econômicas, sociais do negro não se alteram em quase nada, após este período de cento e dezenove anos, depois de assinada a Lei Áurea.

O subdesemprego, a falta de qualificação profissional, o baixo nível educacional, são elementos que colocam o negro na dura e real estatística das piores posições da pirâmide social Brasileira.

As condições de acesso, para os negros não são oferecidas. Desse modo, há em nossa sociedade uma prática dissociada do discurso de inclusão do negro, do qual

prevalece a idéia de igualdades de direitos e oportunidades mas no dia-a-dia, vemos uma outra realidade sendo mostrada nas várias pesquisas apontadas por organismos oficiais e instituições especializadas.

O mito do país, da chamada “democracia racial”, não se sustenta diante dos olhos daqueles que queiram enxergar, um Brasil das desigualdades sociais, alarmante, um Brasil desfigurado pela marca do preconceito. Um Brasil violento quase a beira de um colapso social, provocado pela má distribuição de renda e pouca oferta de oportunidades de trabalho aos jovens de origem pobre.

Um país que se orgulha, em dizer não haver preconceito e discriminação racial em seu meio, mas trata o negro como inferior, fere seus direitos e lhe coloca sempre na posição de segunda classe.

O negro compõe hoje no Brasil um elevado grupo de pessoas que representam as camadas sociais de baixo valor social, econômico e também cultural, pois segundo Hall (2003), citado por Backes (2006), (...) toda a nossa conduta e toda as nossas ações são moldadas, influenciados e, desta forma, regulados normativamente pelos significados culturais.

Como vemos a cultura ocupa um papel de destaque na trajetória social de seus indivíduos, pois ela representa o funcionamento do papel exercido por cada elemento no conjunto de regras estabelecidas pela sociedade.

Segundo Backes (2006, p. 431) “A cultura (branca, o mito da democracia racial) produz [equivocadamente] a idéia de que não ser branco é ser inferior, é ser menos, por tanto não merece o mesmo salário, acesso a universidade (principalmente se ela for pública e federal!), não merece ter acesso igual aos bens materiais”.

O negro e os indicadores sociais

Os dados do PENAD de 1998 no trabalho de Marcelo Paixão que trata o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil por etnias (brancos e negros), quando analisado com um recorte por Unidade da Federação e observamos Mato Grosso do Sul apresenta os seguintes indicadores: há uma desigualdade entre brancos e negros, enquanto a renda média familiar do Branco é de R\$ 405,61 do Negro é 171,52, a taxa de alfabetização do Branco 91,6% e do Negro 79,2%, isso reflete conseqüentemente na expectativa de vida que para o Branco é 70 anos e para o negro 64 anos.

Ferreira e Mattos (2007) afirmam que, comparando-se o rendimento médio familiar per capita, conforme informações da PNAD/2001, de todo o Brasil, a população branca recebia salários 196% maiores em relação às famílias negras.

Assim, segundo o ranking mundial do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), se o Brasil fosse composto apenas por brancos ocuparia a 48ª posição e se fosse composto apenas por negro passaria para a 108ª posição. Porém hoje ocupa a 74ª.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, editado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revela que a população negra brasileira possui qualidade de vida notadamente inferior à população branca - cinquenta posições abaixo. (PAIXÃO, 2003, apud. FERREIRA e MATTOS, 2007 p. 51)

Se analisarmos as condições de trabalho para os negros, esse quadro de desigualdade não se altera.

As taxas de desemprego são superiores para os indivíduos de raça negra, não importa qual seja o atributo pessoal considerado. Os índices encontrados foram os seguintes: 6,6% de brancos e 7,7% de negros desempregados, fato que tem incidência direta sobre as condições de vida das famílias (DIEESE, 1999). Mesmo considerando a população trabalhadora, os rendimentos dos trabalhadores negros são sistematicamente inferiores aos dos demais, quaisquer que sejam as situações ou atributos considerados - conforme dados do DIEESE (1999) e INSPIR/DIEESE (1999, apud. Larkin Nascimento, 2000).

Segundo o DIEESE (1999), isso traz ainda outras conseqüências:

[...] as crianças tendem a deixar de estudar para ajudar no complemento da renda. Assim, para os jovens negros, o ingresso no mercado de trabalho é mais precoce, o que certamente significa prejuízos à sua formação educacional, expressos em números crescentes de jovens que abandonam os estudos para dedicar-se somente ao trabalho, conforme aumenta sua faixa etária. Há uma forte pressão para que isso aconteça em função das dificuldades de sobrevivência das famílias negras (DIEESE, 1999).

Assim, alinhados com Telles (2003), podemos dizer que a raça tem especial importância na formação das desigualdades socioeconômicas no Brasil. As pessoas brancas compõem a vasta maioria das classes média e alta, enquanto as pessoas negras se encontram, de modo desproporcional, em sua maioria, entre os pobres. Essa desigualdade racial, expressa em desigualdade socioeconômica, determina que os negros brasileiros tenham menos chance de chegar a um status econômico mais alto.

E quanto à escolaridade, Ferreira e Mattos (2007) afirmam que:

[...] a taxa de analfabetismo entre os afro-brasileiros é mais que duas vezes maior do que entre os brancos (Larkin Nascimento, 2003), ao passo que os primeiros possuem, em média, a metade dos anos de escolaridade destes últimos. Para Larkin Nascimento (2000), uma criança afro-brasileira tem a chance de cerca de 66% de obter uma educação básica, ao passo que uma criança branca tem 85% de chance. A criança afro-brasileira que conseguir completar o ensino básico terá em torno de 40% de chance de continuar na escola e concluir a educação secundária. Para a criança branca, a chance fica em torno de 57%. Os afrobrasileiros que completam o ensino médio têm aproximadamente metade da chance dos alunos brancos de concluir um curso universitário. (FERREIRA e MATTOS, 2007, p. 51)

Ferreira e Mattos (2007) sustentados por Telles (2003) afirmam que mesmo com o aumento gradual do número de pessoas negras que concluem o ensino superior, entre 1960 a 1999, o número de brancos aumentou em ritmo muito mais expressivo. E, concluem que apesar do aumento da escolaridade da população em geral, a desigualdade racial na educação se manteve.

O sistema de cotas

Para VALENTIN (2005, p. 153) a pretensa neutralidade do Estado Liberal fracassou como garantidora do direito à igualdade entre os cidadãos, especialmente em sociedades como a nossa, de um longo passado escravocrata.

Diante dessa fragilidade, surgem as políticas de Ação Afirmativa como mecanismos de indenização, ou seja, políticas reparatórias ou compensatórias. Para Valentin (2005), as ações afirmativas têm a função de evitar que a discriminação ocorra por meio de normas de aplicação geral ou específica e, principalmente, por mecanismos difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo.

Não basta ser negro para ser atingido por essas políticas:

É importante pontuar que as ações afirmativas que envolvem o acesso ao ensino superior, a posições de direção em empresas etc. só tem o poder de beneficiar determinada parcela da população afro-descendente brasileira, qual seja, aquela que tem qualificação e capacitação requerida para tanto. (VALENTIN, 2005, p. 156)

Como também, a implantação de políticas reparatórias não é uma solução definitiva para o problema social. É um elemento emergencial e temporário utilizado para minimizar as desigualdades (ROBERTO, 2001). Fato também destacado por

Valentin (2005), as ações afirmativas são ações emergenciais, temporárias e parciais. Assim, tais políticas não devem ser tomadas com a pretensão de solucionar problemas estruturais da sociedade.

A voz dos sujeitos negros

Considerando o contexto histórico e contemporâneo do negro no Brasil, resolvemos observar na sociedade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, qual a visão do negro sobre si mesmo. Assim aplicamos um questionário para seis alunos negros do ensino médio, dois de cada série, de uma escola pública na periferia da Capital.

Primeiramente, observamos que mesmo sendo todos alunos(as) negros(as) todos falam do negro(a) como sendo o outro, ou seja, não se afirmam como ele(a) sendo o(a) negro(a).

Questionado se você sente que há companheirismo por parte de outros negros, o aluno respondeu: “Depende do negro, e se existe é racismo entre eles mesmos”. O “entre eles” o aluno se referia, entre os negros, esse negros são os outros, o aluno não falou “entre nós”, ele não se incluiu na etnia.

E quando questionados se você é a favor ou contra as cotas para o ingresso de negros(as) nas universidades públicas e privadas, percebemos que a metade dos negros entrevistados são contra, porém encontramos uma significativa parcela favorável e negros indecisos.

Uma aluna, acredita que as cotas podem aumentar a desigualdade racial pelo fato de não resolver o problema racial, e conclui afirmando que todos são iguais, portanto todos devem ser submetidos aos mesmos critérios de seleção.

Se eu for a favor, estaria ajudando para aumentar a desigualdade racial, pois essas cotas ainda não resolvem o problema do racismo e isso pode ser sim considerado racismo, pois a chance deveriam ser igual. Por isso sou contra. (Aluno A).

Outros alunos também se refere ao fato dos direitos iguais.

A maioria dos negros são de classe baixa, muitos não tem condição para pagar uma faculdade. Mas se todos somos iguais, então é direitos iguais para todos. (Aluno B).

Não sou a favor pois se queremos acabar com o racismo teremos que concorrer igualmente. Pois eles são tão inteligentes como os brancos. (Aluno C)

Ao que nos parece impera entre esses alunos negros contrários as cotas para negros nas instituições de ensino superior, o mito do estado democrático de direito. Mesmo dentre as opiniões favoráveis encontramos fragmentos que nos remetem à esta constatação.

Sim sou a favor, porque as pessoas negras devem ter o mesmo direito dos outros, não só por ser negro devem ser discriminado. Não devemos discriminar ninguém nem por cor ou raça todos são iguais. (Aluno D).

Outro aluno se refere às cotas como uma forma de compensar os negros pela situação em que são submetidos.

Sim, porque já que existem ainda preconceito os que sofrem isso devem ser valorizados. (Aluno E)

Destaca-se também uma opinião indefinida.

Sou contra e a favor pois como já disse são pessoas normais, iguais as outras e por isso tem que ser tratadas igualmente, claro os negros ainda sofrem muito discriminação tanto em escolas, universidades e mercado de trabalho, mas e diferença tem que acabar. (Aluno F)

Em um aspecto geral, entre os alunos(as) negros(as) do ensino médio entrevistados, a visão que o negro tem sobre si mesmo é que, negro é o “outro”. Ou seja, há uma identidade dúbia, pois mesmo afirmando que já foi discriminado, os pronomes que utilizam não o incluem como um sujeito da etnia à qual pertencem.

Também não percebemos um amplo conhecimento entre esses entrevistados sobre às cotas, como o porque dessas políticas, como são aplicadas entre outros. Assim, percebemos que as cotas não tem um apelo no debate social, entre os alunos negros do ensino médio, que são pré-universitários e conseqüentemente, os futuros favorecidos por tais políticas. É como se os negros do ensino médio não tivessem consciência que o processo de melhoria social em que vivem será melhorada, inclusive, por meio do acesso à educação.

Outra observação que merece destaque é o fato que todos se referem à igualdade. De forma superficial, os entrevistados acreditam que já há um processo justo de seleção na sociedade. E qualquer discussão sobre essa atual forma de seleção, é vista como um elemento de desequilíbrio do sistema. A visão do negro sobre si mesmo, revela que ele não percebe as mazelas que atingem diretamente a população negra.

Concluimos, com base nos dados aqui apresentados, que há necessidade de problematizarmos a questão negra nos deferentes níveis de ensino, contribuindo assim para uma sociedade não discriminatória e que democratize o acesso aos diferentes

segmentos sociais, propiciando uma vida digna a toda a sua população, principalmente aos grupos sociais historicamente excluídos, como é o caso da população negra.

Referências

BACKES, José Licínio. *Articulando Raça e Classe: Efeitos para a construção da identidade afrodescendente*. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 429-443, mai/ago. 2006.

BOLETIM DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/DIEESE. *Mapa da População Negra no mercado de trabalho*. São Paulo, ed. 216, nov./dez. 1999. Obtida via Internet. www.dieese.org.br. Acesso em 21 de novembro de 2007, 15h20min.

FERREIRA, Ricardo Franklin e MATTOS Ricardo Mendes. *O Afro-Brasileiro e o Debate Sobre o Sistema de Cotas: Um Enfoque Psicossocial*. Psicologia Ciência e Profissão, 2007 p. 46-63.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes 1999.

OLIVEIRA, Dejaci David de et al. *A cor do medo*. Brasília: UnB; Goiânia: UFG, 1998.

RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (org.). *Os 500 anos: A conquista interminável*. 6. ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

ROBERTO, Valter. *Políticas raciais compensatórias: o dilema brasileiro do século XXI*. In SABOIA, Gilberto Vergne (org.). *Anais de Seminários regionais preparatório para Conferência Mundial: Contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*. Organizadores Gilberto Vergne Sabóia, Samuel Pinheiro Guimarães. Brasília, DF : Ministério da Justiça – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos 2001.

SABOIA, Gilberto Vergne (org.). *Anais de Seminários regionais preparatório para Conferência Mundial: Contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*. Organizadores Gilberto Vergne Sabóia, Samuel Pinheiro Guimarães. Brasília, DF : Ministério da Justiça – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos 2001.

SANTANA, Renato Oliveira. *Cotas: olhar de Mato Grosso do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003

SEYFERTH, Giralda. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996

SILVA, Jorge da. *Direitos civis e relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Luam, 1994.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. *Ações afirmativas: um instrumento de promoção da igualdade*. In CANDAU, Vera Maria et al. *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo*. Salvador: Corrupio, 2002.